DOI 10.47402/ed.ep.c231141219652

CAPÍTULO 9

O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA COM BASE NA BNCC: AS IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS DA ESCOLA NA FORMAÇÃO LINGUÍSTICA DO SUJEITO

Simone Matia da Silva
Sérgio Nunes de Jesus

RESUMO

O texto, a partir do aspecto histórico, busca apresentar apontamentos em relação à Base Curricular Nacional Comum (BNCC), no que tange ao período histórico da educação no Brasil em relação ao ensino da língua materna e suas implicações na formação do sujeito. Para compreender o proposto, torna-se necessário observar após o Brasil Império as normatizações que foram elaboradas para a formação linguística do sujeito no espaço social e o papel da escola nos saberes discursivos. O professor, peça essencial para a disseminação dos saberes, precisou buscar mecanismos e compreensões para orientar os caminhos no que se refere aos elementos tidos como básicos na educação básica em relação ao aprendizado da língua materna. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de compreender o papel da escola enquanto espaço comunicativo no que se refere à formação social, discursiva e linguística por meio da diversidade cultural e sócio-econômica da identidade do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Materna; BNCC; Linguística; Formação do Sujeito.

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira no decorrer de sua trajetória, passou por uma diversidade de mudanças desde sua concepção até o modelo atual. Há que se levar em consideração desde o processo de colonização do país pelos portugueses que aqui chegaram e implantaram sua língua, cultura e religião.

Em primeira instância a formação desse sujeito social passou pelo processo de aculturamento, para só mais tarde pensar em um modelo estruturado de letramento. Letramento esse, que nos primórdios eram designados apenas aos filhos das autoridades no país, o que não era levado em conta a população como um todo.

A trajetória educacional passou a se solidificar somente a partir da criação da Constituição Federal (CF, 1988), do Parâmetro Curricular Nacional (PCN), do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documentos esses que serviram de base para alinhar o modelo educacional brasileiro.

Para compreender o percurso do ensino de língua materna no que se refere ao proposto pela BNCC para a formação do sujeito enquanto falante da língua segue o material bibliográfico que foi utilizado como metodologia.

2. DOS MATERIAIS AOS MÉTODOS DE PESQUISA

O presente texto é uma revisão da literatura, a qual foi organizada de modo a buscar as propostas da BNCC no que se refere ao ensino da língua materna e suas implicações históricas referentes à escola para a formação linguística do sujeito.

Para se alcançar o proposto tornou-se necessário analisar as discussões acerca do processo histórico da educação no Brasil e o que se designa como desafios para o século XXI. Perceber a educação básica, bem como o básico na educação, na sistematização e compreensão da profissão professor e suas aplicabilidades educacionais.

Portanto, para tais compreensões busca-se uma análise direcionada desde os preceitos históricos da comunidade escolar, com o que é sugerido pela BNCC na prática docente da Língua Materna. A partir desse contexto, discuti-se o ensino de língua materna, com enfoque na BNCC por meio da evolução histórica educacional brasileira.

3. PARA COMPREENDER A QUESTÃO

Ao passar pelo período imperial o Brasil sentiu a necessidade de implementar estratégias com a finalidade de prevenir a criminalidade e a ociosidade, para que assim pudesse eliminar a ignorância e conduzir o progresso social e econômico do país para enfrentar os problemas sociais emergentes. Nessa visão:

> A urbanização crescente, que a reorientação do modelo econômico favoreceu, fez crescer a demanda social de educação, como procuramos demonstrar, e o ensino, que antes era apenas aristocrático, passou a seletivo, já que a estrutura interna do sistema educacional pouco mudou e os antigos padrões de escola mantiveram-se, agora transferidos para os níveis primários e médio (ROMANELLI, 2001, p. 255).

Deu início então, aos caminhos que buscavam desenvolver uma educação para 'todos' que tem como finalidade observar a pluridiversidade que é o Brasil. Nesse aspecto:

> Reconhecer as diferenças é aceitar e respeitar as singularidades culturais e procurar preservá-las na constituição pedagógica dos sujeitos. Porém, não só existem *diversidade culturais,* pluralidade de sentidos e valores; também há *heterogeneidades estruturais* entre dominadores e dominados que devem ser levadas em conta por uma resposta pedagógica com pretensão igualitária, isto é, a sociedade não só mostra diversidade, mas também desigualdades (IMBERNÓN *apud* RIGAL, 2000, p. 191).

Ao reconhecer o sujeito em suas práticas linguísticas no ambiente social ao qual pertence, há a necessidade de compreender as implicações propostas pela BNCC no que se refere à Área de Linguagens no espaço escolar. Nessa perspectiva:

> As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais.

> Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos (BNCC, 2023, p. 61).

Para tanto, observa-se que o indivíduo não existe de maneira isolada e sim em um convívio social e interacionista. No momento em que este passa a frequentar o ambiente escolar, cabe à escola direcionar por meio de mecanismos educacionais suas habilidades linguísticas. De acordo com o proposto:

> Torna-se, pois, imprescindível àqueles que tem o poder de tomar decisões e se afinam com tais concepções estabelecerem uma estratégia de ação que garanta a adequação do modelo de instituição escolar à expansão econômica e à estrutura de dominação, sem a contestação estudantil. É isso que confere sentido e significado às medidas de reforma ou de modernização em curso no Brasil (ROMANELLI, 2001, p. 219).

A preocupação de direcionar o ensino sempre mostrou evidente no que é exposto pela escola, onde evidencia as propostas para o ensino ao levar em consideração os aspectos sociais, econômicos e histórico-culturais ao qual o sujeito pertence.

Fica assim, a escola incumbida de promover tais direcionamentos e para isso há a necessidade de se observar uma diversidade de fatores conforme aborda:

> [...] sobretudo se se levam em conta suas preocupações capitais: aumentar a produtividade e a eficiência das escolas; aumentar suas capacidades físicas, pelo melhor aproveitamento do espaço ocioso e dos demais recursos nele empregados; criar a racionalidade administrativa e a da aplicação de recursos pela implantação da superintendência de planejamento junto às reitorias; criar as carreiras de curta duração para servir à indústria e incentivar a implantação de pós-graduação, para a criação do nosso *know-how*; reorganizar o ensino médio, a fim de que ele profissionalize nesse nível e qualifique a mão-de-obra reivindicada pela expansão econômica, mesmo tempo que desvie do ensino superior boa parte da sua demanda etc. (ROMANELLI, 2001, p. 223).

A (re)organização requer além dos elementos conteudistas, pois visa o entendimento das necessidades de utilização dos espaços físicos e os recursos empregados para fazer com que esses sejam partes integrantes no ambiente da escola.

A prática no que se refere a comunicação entre os seres sociais, necessita de constante (re)modelações no ensino que estão inseridas no segmento da educação básica. Há a necessidade de observar os requisitos para o alcance das competências e habilidades a serem alcançadas no processo de interação comunicativa. Nesse sentido:

> O mundo atual sinaliza para uma compreensão ampliada de educação básica. Uma educação que não é sinônimo de obrigatoriedade nem de uniformização. É uma educação que se refere a competências fundamentais em diferentes campos do conhecimento. Entretanto, não bastará a legislação acolher a conceptualização ampliada de educação básica (STRECK *apud* WERLE, 1996, p. 81).

Nessa perspectiva, compreender as necessidades de adequações no percurso de ensino e aprendizado torna-se essencial às práticas em sala de aula. O ensino da língua(gem) precisa de mecanismos que sejam coerentes com a realidade de seus usos no dia-a-dia do aluno.

As mudanças evidenciam conforme as necessidades da sociedade, mudanças essas propostas pelas reformas educativas colocadas em pautas de regulação social conforme a demanda na organização dos saberes que valorizam o raciocínio, as classificações e as ponderações nos espaços públicos que correspondem.

No ambiente escolar, evidencia a necessidade de buscar adequações que sejam viáveis a realidade do sujeito, no que se refere a:

> Adequar o modelo do ensino ao modelo econômico não tem sido encarado, a nosso ver de forma homogênea pelo processo político e pelo processo econômico. Há convergências e divergências. Isso confirma, de certa forma, a tese de que a modernização, se obtida por pressão de fatores externos, é absorvida em função também de interesses internos, e de que a dependência não é um processo ditado mecanicamente de fora para dentro (ROMANELLI, 2001, p. 254).

Propostas estas que precisam da organização dentro das esferas do poder público para que sejam alcançadas em sua essência educacional. Ao adotar esse enfoque:

> [...] as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem "saber" (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem "saber fazer" (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BNCC, 2023, p. 13).

As práticas discursivas funcionam de tal forma que o indivíduo precisa de coerência e coesão nos seus diversos contextos de usos. É no espaço de sala de aula que se busca a resolução para os enfrentamentos posteriores dos problemas reais que o aluno encontrará em seu cotidiano. Nesse cenário, fica imposto à escola os desafios ao cumprimento do seu papel no que se refere à formação das novas gerações.

É fundamental que a instituição escolar mantenha seu papel de estimular a reflexão e análise num viés aprofundado que contribua para o desenvolvimento do estudante, permitindo uma atitude crítica em relação ao conteúdo.

Para este enfoque, alguns apontamentos são propostos como competências específicas de linguagens:

> 1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica; [...] 2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana; [...] 3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital; [...] 4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos...; [...] 5. Desenvolver o senso estético, para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais as mundiais; [...] 6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (BNCC, 2023, p. 63).

Em suas atribuições comunicativas os indivíduos utilizam-se da linguagem em suas práticas discursivas nos espaços ao qual convive. Dominar os mecanismos da linguagem para ocupar sua posição enquanto sujeito ativo é fundamental para que haja a evolução no processo linguístico. Há que se observar a importância da Língua Portuguesa ao propor que:

> Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR 66 nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir (grifo da autoria) (BNCC, 2023, p. 65-6).

Ao professor, cabe então por meio da funcionalidade que a escola o propõe viabilizar o ensino de maneira prática e objetiva.

Dessa forma, há evidências que:

> Um pouco por outro lado procuram-se soluções que permitam recriar e redimensionar a escola. Entre nós, inovação, mudança, criatividade, autonomia, tornaram-se termos que brilham no discurso oficial de sedução, mas que não escondem a realidade da rotina estritamente regulamentada e a mediocridade de condições de trabalho que limitam, em larga medida, a vivência nos espaços escolares. A própria sociedade mostra-se incapaz de se esclarecer sobre o que se espera da escola e as contradições das suas expectativas facilitam o desperdício que as dimensões do insucesso escolar atestam (NÓVOA *apud* CAVACO, 1995, p. 158).

O ensino da língua materna ultrapassa as barreiras de 'apenas' alfabetizar. É necessária a proposição de se compreender enquanto sujeito ativo no uso da língua na busca de um desenvolvimento amplo e pleno.

Torna-se imprescindível considerar os eixos de integração considerados na BNCC de Língua Portuguesa, sendo consagrados nos documentos da Área, que correspondem às práticas de linguagem: oralidade, leitura / escrita, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística / semiótica, os quais envolvem conhecimentos linguísticos sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão, textuais, discursivos e sobre os modelos de organização e os elementos de outras semioses.

Para Streck *et al.* (1966), é preciso que exista clareza sobre o que é básico na educação; além disso, os fatores que regem as práticas de linguagem na BNCC priorizam a produção do sujeito-aluno como suporte no desenvolvimento não apenas linguístico, mas social, histórico e também cultural.

Para tanto, no momento em que se busca alcançar os objetivos propostos, é preciso fazê-lo de maneira interligada que atendam às necessidades nessa participação efetiva do aluno.

Isto posto, propõe que o ensino:

> Requer autores coletivos, capazes não só de elaborar um novo discurso, mas também de consolidá-lo hegemonicamente e de globalizá-lo. Portanto, convoca muitas e diversas pessoas do mundo da escola, do mundo da universidade e da academia, do mundo das comunidades, do mundo das organizações sindicais, do mundo das organizações não-governamentais, do mundo das organizações políticas (IMBERNÓN *apud* RIGAL, 2000, p. 192).

O percurso lançado no processo de ensino e aprendizado requer a soma de sujeitos que a solidifiquem de maneira coletiva e que sejam pensadas em suas práticas nas individualidades. Essa função não cabe apenas à escola ou ao professor, é necessário mecanismos de políticas públicas educacionais que viabilizem esse processo.

Pensar esses caminhos leva a percepção de que a comunicação necessita de uma unificação de saberes e de seres envolvidos, de acordo com o proposto:

> A comunicação de conhecimento e acção, entre teoria e prática, deve ser entendida não como uma relação directa entre o conhecimento e a investigação propriamente pedagógica, mas como um tráfico de influências dispersas. A mudança em educação não depende diretamente do conhecimento, porque a prática educativa é uma prática histórica e social que não se constrói a partir de um conhecimento científico como se se tratasse de uma aplicação tecnológica. A dialéctica entre conhecimento e acção tem lugar em todos os contextos onde a prática acontece (NÓVOA *apud* SACRISTAN, 1995, p. 76).

O indivíduo que se constitui no espaço histórico carrega consigo os caminhos traçados e percorridos na formação de sua identidade. Identidade esta que se manifesta nas ações por meio da produção discursiva dos lugares sociais que ocupam.

(Re)conhecer seu espaço, o torna ser pertencente a uma comunidade linguística de práticas e saberes aos quais esse participa de maneira ativa e passiva na disseminação do conhecimento histórico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assimilar os avanços no que se refere ao uso da língua e a importância que a escola tem por meio do processo educacional do ensino de língua materna, mostram-se evidentes desde a formação do sujeito a partir de sua evolução após o Brasil Império.

É válido considerar os desafios propostos na relação escola-aluno-língua (gem), que buscam sua consolidação nas práticas discursivas do sujeito na sociedade. Em síntese, pensar que a escola do século XXI precisa ver-se como 'escola diferente' é dizer que há a necessidade de construir uma cultura direcionada para o pensamento crítico que conceba o sujeito individual.

Para tanto, observa-se em um sentido estreito o seu lugar em um sistema global e seu potencial papel protagônico no que se refere à construção de uma história que não se constitui como pronta e acabada.

Nessa perspectiva, o sujeito ocupa seu papel fundamental enquanto indivíduo que faz o uso da língua materna na busca por solidificar as práticas enunciativas para aprimorar seu desenvolvimento linguístico no convívio de suas diversidades culturais, econômicas, sociais e discursivas.

Portanto, o currículo precisa ser considerado como um produto cultural, centro de relações entre educação, poder, identidade social e construção da subjetividade, como forma institucionalizada para a formação de sujeitos, para produção de identidades individuais e sociais. Assim, como produto cultural, o currículo é um campo privilegiado na escola para a construção e para a consolidação hegemônica do aprendizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, 2023. Disponível em: https://l1nk.dev/kEdODhttp://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acessado em: Jul. 2023.

NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor.** 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1995. (Coleção Ciências da Educação).

CHASSOT, A.; OSOWSKI, C.; STRECK, D. (Orgs.). **Educação básica e o básico na educação**. Porto Alegre: Sulina/Unisinos, 1996.

IMBERNÓN, F. (Org.). **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.